

De Derrida à internet: epistemologia, comunicação e representação política

Arthur Ituassu
Carla Rodrigues

Introdução

Nos últimos anos, uma leva de estudos foi produzida sobre o potencial gerado pela internet de abrigar espaços virtuais que possam proporcionar uma comunicação mais direta entre o cidadão e o sistema político (Coleman 2005a; Coleman; Blumler, 2009; Gomes, 2005a; Gomes, 2005b; Maia; Gomes; Marques, 2011; Ituassu, 2012, Karlsson, 2013, etc.). Tais estudos compõem um fragmento mais específico do que Nässtrom (2011) chamou de “a virada da representação na teoria da democracia”, referindo-se à gama de publicações recentes no tema, como os trabalhos de Urbinati (2008), Saward (2010), Vieira e Runciman (2008) e Shapiro, Stokes, Wood e Kirshner (2009).

Se é possível identificar algum denominador comum na maior parte desses estudos, se poderia dizer que eles partem de uma percepção crítica sobre os regimes democráticos contemporâneos e apontam para os chamados déficits de democracia. Gomes (2008: 295), por exemplo, chama a atenção para a apatia, descrença e desinteresse do cidadão em relação à política, a desconfiança generalizada da sociedade na política e nos políticos, a má qualidade da mediação e da informação política presente nos meios de comunicação de massa, a baixa penetração da sociedade civil nas esferas de decisão, a ausência de níveis mínimos de soberania popular, entre outros problemas. No mesmo sentido, Miguel (2003: 124) chama a atenção para uma “crise da representação”, que se constitui no declínio do comparecimento eleitoral, no aumento da desconfiança em relação às instituições políticas e no enfraquecimento dos partidos políticos.

Bennet e Entman (2001: 19-20) apontam para um notório processo de enfraquecimento da cidadania, indicado pelo distanciamento entre a classe civil e os partidos, pelos baixos índices de comparecimento eleitoral e no antagonismo social sobre a política e os políticos. Para Lavalle e Araujo (2006: 9), os partidos políticos não são mais capazes de manter sua posição central como ordenadores de identidades e preferências do eleitorado. De modo semelhante, Karlsson (2013: 1-2) alerta para a perda de legitimidade do papel central dos partidos em criar uma interligação institucional entre o cidadão e as instituições governamentais. Colaboram para o contexto de crise, segundo Lavalle, Houtzager e Castello (2006: 49), a personalização midiática da política sob a figura de lideranças plebiscitárias, as mudanças no mercado de trabalho, que tornaram mais complexas as categorias populacionais e a “vaga de inovações institucionais” que tem levado a representação política a “transbordar as eleições e o legislativo como lócus da representação”.

Nesse contexto, os autores chegam ao ponto de ressaltar “um conjunto de transformações estruturais” que o pensamento acadêmico e político relacionou à presença generalizada do vocábulo “crise”, crise dos partidos, da política, da democracia, da representação. Segundo eles, compõem esse cenário a volatilidade do eleitorado, a queda no comparecimento às urnas, o descrédito generalizado das instituições políticas bem como o “definhamento dos partidos de massa” (Lavalle; Houtzager; Castello, 2006: 67-68).

Ao mesmo tempo, no campo mais específico da comunicação e política, a “crise” é apresentada muitas vezes também como “crise da comunicação pública” que acabaria por favorecer mais o descolamento e menos a aproximação entre a classe política e o cidadão no dia a dia da política. São muitas as questões colocadas pela literatura: a tensão entre a lógica comercial e o papel social no jornalismo político dos *media*, a qualidade da mediação da realidade política oferecida pelos meios de comunicação de massa, a diluição das fronteiras entre informação e entretenimento, a disseminação de uma visão cínica da política, a redução da política a eventos e personalidades midiáticas, a espetacularização da política, a produção concentrada da pauta política – reduzida e hermética – bem como a reprodução reduzida e conservadora de enquadramentos sobre os temas da política (Gamson, 1992; Blumler e Gourevitch, 1995; Coleman e Blumler, 2009; Gomes, 2004; Gomes e Maia, 2008; Bennet e Entman, 2001; Cappela e Jamieson, 1997; Ituassu, 2011, etc.).

Nesse contexto, alguns autores apontam para o surgimento de experiências de governo mais participativas, como consultas, painéis e outras plataformas com a intenção de estabelecer algum laço de comunicação entre representantes e representados fora do âmbito dos partidos políticos (Karlsson, 2013: 3). Até mesmo o fato de que mais e mais esferas da sociedade, como supermercados, museus e agências de viagens, têm se tornado pouco a pouco mais interativas é levantado em prol da tendência de que o sistema político deve percorrer o mesmo caminho (Coleman, 2005b).

Seguindo uma pista levantada por Young (2006; 2011[1990]), o objetivo deste trabalho é sugerir que os questionamentos provenientes do debate epistemológico nas ciências sociais são mais um elemento no contexto de crise da representação política que aponta para a necessidade de vínculos comunicativos mais fortes entre representantes e representados nos regimes democráticos contemporâneos, com especial atenção ao fenômeno da internet. Nesse sentido, o texto perpassa os temas da crise da representação, da crise da representação política, do papel da comunicação na representação política para, em seguida, relacioná-los ao debate sobre as possibilidades que a internet apresenta de incrementar processos de representação política nos regimes democráticos. O intuito final é reforçar a noção de que mais comunicação na representação (política) pode ser uma exigência do mundo pós-metafísico.

Young a partir de Derrida

Em sua defesa da representação especial de grupos e do conceito de representação como “um relacionamento diferenciado”, Iris Marion Young (2006; 2011[1990]) trata de uma crítica comum que acompanha não somente a representação de grupos, mas a própria possibilidade de representação política. Afinal, membros de um grupo racial, de gênero, de etnia têm histórias de vida muito diferentes entre si e isso necessariamente constitui interesses e posicionamentos ideológicos muito diversificados. Dessa forma, para os críticos, a representação de grupos buscaria “congelar relações fluidas numa identidade unificada”, gerando a possibilidade de novas exclusões opressivas. Para Young, tal caminho levaria inclusive ao fato de que nenhum representante poderia “falar por qualquer grupo”, já que os indivíduos que o compõem “mantêm relacionamentos por demais entrecruzados” (Young, 2006: 141-142).

Nesse sentido, a objeção à noção de representação especial pode ser estendida a toda representação. No entanto, segundo a autora, tal visão que desincompatibiliza a representação política com a democracia “se apoia implicitamente numa lógica identitária”. Para Young, a partir da “lógica identitária”, imagina-se uma representação em que os representantes só expressariam realmente a “vontade do povo” se estivessem presentes por seus eleitores e agissem como estes agiriam. Assim, o representante substituiria os eleitores, colocando-se com eles numa relação de identidade. A objeção, com isso, estaria calcada no fato de que é impossível a uma pessoa apresentar-se no lugar de muitas outras para falar e agir como essas o fizessem se estivessem presentes, como é impossível para um representante captar os atributos essenciais dos eleitores, o singular bem comum que transcende a diversidade de seus interesses, experiências e opiniões (Young, 2006: 146-150).

A única maneira de sair desse paradoxo, se aceito argumento de que a representação é necessária, é, para Young, definir a representação política sem se pautar pela “lógica identitária”. Como afirma a autora, compreender seriamente a natureza

descentralizada das democracias de massa em larga escala requer descartar imagens de “co-presença dos cidadãos” e a ideia de que os representantes devem estar presentes pelos cidadãos (Young, 2006: 147-148). A representação, assim, não deve ser pensada a partir de uma lógica de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com os representantes (2006: 148).

Ora, como bem sugere Young, um dos autores contemporâneos cujo trabalho se distingue pela discussão acerca da “lógica identitária” é o filósofo franco-argelino Jacques Derrida (2004 [1967]). Sua crítica à metafísica passa pela crítica às categorias modernas como sujeito, identidade e autonomia, que podem ser resumidas na proposição de que toda metafísica sempre foi “metafísica da presença”. Vale a pena aqui lembrar que Derrida foi um leitor de todo o arcabouço crítico de Kant e seus trabalhos se referem, direta ou indiretamente, ao filósofo das Luzes. Além disso, no que diz respeito ao debate aqui proposto, ou seja, a questão do conhecimento, é importante perceber como Derrida enfrenta Kant indiretamente a partir da leitura que faz de Husserl.

Afinal, no início do século XX, Husserl retomou a questão kantiana sobre a possibilidade de conhecimento objetivo com seu apelo fenomenológico, “de volta às coisas mesmas”, o que foi considerado, por certos autores, uma retomada ao problema do conhecimento de Kant (Ricoeur, 2005; Heidegger, 1982). Husserl questionará a distinção kantiana entre coisa em si e fenômeno, no intuito de conceber não um objeto como “a coisa em si”, inalcançável segundo Kant, mas um objeto inserido numa estrutura relacional, objeto para a consciência. Esta relação se dará a partir de encontros: entre sujeito e objeto, entre consciência e mundo, em movimentos que se dão numa via de mão dupla. Tanto a consciência se dirige ao mundo quanto o mundo se mostra à consciência, tanto o sujeito se dirige ao objeto quanto o objeto se mostra ao sujeito (Husserl, 2007). Nessa relação, o objeto comparece como o outro do sujeito.

Para Derrida, no entanto, as proposições de Husserl ainda estarão carregadas do que o autor chama de “metafísica da presença”. Para o autor, o objeto de Husserl que se apresenta ao sujeito é sempre idêntico a si mesmo, assim como o sujeito a quem o objeto se apresenta. Assim, a representação só seria possível no esquema husserliano, afirma Derrida (1994), ainda a partir de um ideal de presença.

Não à toa, a denominação “pensamento da desconstrução” singulariza, no trabalho de Derrida, um movimento de escavar as camadas que fundamentaram determinados conceitos, a fim de mostrar como estes foram construídos sobre certas premissas. O deslocamento do conceito de linguagem para o quase-conceito de “escritura”, o deslocamento do conceito de signo para o quase-conceito de “rastros”, o deslocamento do conceito de Ser para o quase-conceito de *différance* são parte deste duplo movimento de Derrida. Com este vocabulário, Derrida formula sua crítica à metafísica. Não para pretender seu ultrapassamento, superação ou para postular um lugar “fora da metafísica”, mas, ao contrário, para apontar o que chama

de “clausura da metafísica”, condição na qual estaríamos necessariamente lançados (Derrida, 2004 [1967]).

Nessa crítica, três influências seriam fundamentais: Nietzsche, Heidegger e Freud. A partir de Freud, Derrida vai se deslocar da definição clássica de transcendental para quase-transcendental, termo com o qual Derrida fragiliza a identidade do sujeito e a do objeto (Safatle, 2011). Freud dará a Derrida uma chave de leitura a partir da ideia de que, para a psicanálise, a memória não é um arquivo do acontecido, mas rastros daquilo que jamais esteve totalmente presente à consciência. O seja, a “cena primitiva” – que Derrida chamará de “origem” – já é uma construção discursiva feita a posteriori. Pela leitura do inconsciente freudiano, Derrida propõe um transcendental liberado da figura da consciência e, portanto, do sujeito identitário da representação. Assim, a experiência passará a ser aquilo que nos coloca na temporalidade da *différance*, da identidade que se dá em contínuo movimento das coisas no espaço (Safatle, 2011) ou o reconhecimento de que “a coisa mesma sempre escapa”, para usar a frase com que Derrida contesta o apelo fenomenológico de Husserl de volta às coisas mesmas (Derrida, 1994).

Será nesse percurso que Derrida formulará o termo *différance*, de difícil tradução (Derrida, 1991). *Différance* tenta ao mesmo tempo dar conta do que, em português, seria uma conjunção verbal em gerúndio – diferenciando –, mas opera com um duplo sentido do verbo diferir, no sentido de “diferenciar” e no sentido de “adiar”. *Différance*, seria, assim, ao mesmo tempo o movimento de diferenciação e o movimento de adiamento que, juntos, indicariam essa impossibilidade da presença em si, seja de um sujeito, seja de um objeto, seja de um significado. Esse escapar é o movimento da *différance*, que faz com que a coisa mesma esteja implicada em tanto na diferenciação quanto no adiamento infinito de sua presentificação (Derrida, 1991).

Apesar da diferença entre autores como Derrida, Foucault, Lacan e Althusser, cada um a seu modo irá apontar para lacunas e falhas no conceito do sujeito do cogito cartesiano, idêntico e presente a si mesmo. Derrida compartilha com estes autores a acusação de que teria promovido a liquidação ou o aniquilamento do sujeito. Nessa acusação, o filósofo vai de novo perceber um ideal de presença – havia um sujeito, ele estava garantido e fundamentado, e teria sido então liquidado pelo pós-estruturalismo (Derrida, 1992; Duque-Estrada, 2005).

Sobre esse ponto, Derrida questiona os termos da acusação ao postular que o sujeito não foi liquidado porque “nunca esteve lá”. Por isso, ele propõe que se “desomogeneíze” a referência a qualquer coisa como “o sujeito”. Derrida parte de um sujeito que já está descentrado, abalado, reinscrito, para propor pensar dentro de uma perspectiva de não-presença. Não se trata mais de propor um ultrapassamento do sujeito moderno, mas de reconhecer que este sujeito moderno foi uma construção pouco interrogada em torno da qual se estabeleceram os fundamentos da metafísica, principalmente o ideal de presença (Duque-Estrada, 2005).

“Tudo na história da filosofia se passa sem que se interroge o conceito de homem, sua origem, seu limite histórico, cultural, linguístico ou metafísico”, apontou Derrida na conferência “Os fins do homem” (1991 [1968]), onde se pode ouvir um eco da postulação de Michel Foucault, que dois anos antes dizia que “o homem é uma invenção cuja arqueologia do nosso pensamento mostra facilmente a data recente. E talvez o fim próximo” (Foucault, 2002, [1966]).

Para Derrida como para Foucault, o sujeito será um assujeitado, submetido, refém por estar desde sempre sitiado, exilado, hóspede mesmo naquele lugar sem lugar que ele gostaria de chamar de “sua própria casa”, já desde sempre um lugar de substituição, porque só há substituição, não há apropriação de um lugar original. Nesse sentido, não há “próprio”, “propriedade”, “apropriação”, não há a experiência de acesso ao “como tal”, não há a “presença”. Esse sujeito descentrado, reinscrito, será um sujeito abalado, cuja identidade será substituída por um infinito processo de identificação.

A partir da ruptura com o ideal de sujeito clássico, muitos autores se valem da crítica ao sujeito para celebrar o fim da categoria identitária, partindo de um questionamento sobre a necessidade de fundamentar a política numa base única e permanente, que só funcionaria dentro da ideia de identidade. “Desconstruir o ideal de identidade não é desconstruir a possibilidade da política, mas estabelecer como políticos os termos pelos quais a identidade é articulada” (Butler, 2003). Butler, como leitora de Derrida, se voltará para o problema da exigência de representação identitária na política no que diz respeito especificamente à categoria mulher, que precisaria ser primeiro estabilizada em uma identidade comum para depois vir a ser alçada à categoria de sujeito de direitos, enxergando aí um paradoxo semelhante ao apontado por Young: é uma contradição que, para ter o direito de fazer política, seja preciso antes se constituir numa identidade (única, unificada e unificadora) que contraria aquilo mesmo que se pretende reivindicar, a estabilidade do termo mulher como categoria (Rodrigues, 2008; 2009). Trata-se, portanto, não de renunciar à política, mas de fazer da renúncia à categoria moderna do sujeito identitário o primeiro dos gestos políticos destes pensadores, o que possibilita uma articulação, como será sugerido a seguir, com o potencial das tecnologias de informação e comunicação no que diz respeito à representação política em regimes democráticos.

Derrida, representação e internet

Young (2006; 146-150) se apoia na *différance* de Derrida para formular sua noção de representação. Segundo a autora, enquanto a “metafísica da presença” geraria polaridades, reduzindo muitas identidades em uma só, “pensar as entidades em termos de *différance* mantém-nas em sua pluralidade, sem requerer sua unificação numa identidade comum” (2006: 148). Para Young, as coisas assumem seu ser e os signos assumem seu significado a partir do seu lugar num processo de

“relacionamentos diferenciados”. Nesse sentido, as coisas são similares sem serem idênticas e são diferentes sem serem contrárias entre si, “dependendo do ponto de referência e do momento em um processo” (2006: 148). A ênfase é mais no processo e no relacionamento que na substância.

Young, no entanto, ressalta o pensamento de Derrida com um objetivo diferente deste trabalho, no sentido não só de defender a ideia de representação na teoria da democracia, mas, em especial, de argumentar em prol da representação de grupos, mas não aquela orientada pela lógica identitária homogeneizadora. Para tanto, a autora distingue três modos pelos quais um cidadão pode ser representado, via interesses, opiniões e perspectivas, com particular atenção à representação da perspectiva, cuja explanação “provê argumentos para a representação de grupos sociais oprimidos ou desfavorecidos” (Young, 2006: 158).

Não cabe aqui apresentar um debate em torno da distinção que a autora faz entre interesses, opiniões e perspectivas¹. Da mesma forma, não é objeto específico de discussão deste trabalho a representação especial nos regimes democráticos. Entretanto, o uso do pensamento de Derrida por Young traz algumas pistas para a articulação que este texto pretende entre a crítica da metafísica e o potencial que a comunicação, em especial as novas mídias e tecnologias de informação, apresenta para a representação política nas democracias contemporâneas.

Como a própria autora sugere, a partir de sua discussão sobre Derrida, a representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade e de substituição, mas “como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante” (Young, 2006: 148). A representação, nesse sentido, pode ser vista como um processo que ocorre ao longo do tempo e tem momentos e aspectos distintos, relacionados entre si, mas diferentes um dos outros. Consiste num relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado, entre estes e o representante e também entre os representantes num organismo de tomada de decisões (Young, 2006: 151).

Ora, em um ambiente de pensamento marcado pela crítica à metafísica, categorias tradicionais como “sujeito” e “identidade” que, reduzidas a uma forma estanque e universal, embasaram o pensamento moderno, perdem sua força para uma percepção mais fluida, no seu aspecto espacial e temporal, de que “a coisa mesma sempre escapa”. Afinal, se o conceito de *différance* indica a impossibilidade da presença em si, seja de um sujeito, objeto ou significado, incluindo-se aí o significado do “interesse”, por exemplo, em um contexto em que “a coisa mesma” esteja implicada na diferenciação e no adiamento infinito de sua “presentificação”, faz-se necessário para a representação um processo constante de construção e reconstrução dos próprios sujeitos, identidades e significados presentes na política, ou seja, um infinito processo de identificação e reidentificação ou o estabelecimento como político dos termos pelos quais não somente a identidade, como sugere Butler (1998), mas também sujeitos e significados, interesses e valores são articulados.

Ao ver deste trabalho, é nesse sentido que Young (2006: 155) caminha ao afirmar que todas as democracias representativas podem ser aperfeiçoadas por procedimentos e fóruns complementares por meio dos quais os cidadãos discutam entre si e com os representantes suas avaliações acerca dos temas políticos, o que, de uma certa forma, como afirma Coleman (2005a: 178), retira o problema da esfera da representação propriamente dita e o coloca no campo específico da mediação. Não se trata, assim, vale a pena esclarecer, de afirmar um novo modelo revolucionário de representação, mas de um repensar da representação política em meio a um ambiente cognitivo pós-metafísico, no qual identidades, significados e sujeitos mais fluidos são postos à prova a todo momento, em uma perspectiva histórico-espacial. Nesse contexto, a representação pode (e talvez deva) ser pensada como “um modo de a democracia recriar constantemente a si mesma e se aprimorar”, provocando uma “disseminação da presença do soberano” e sua transformação “em uma tarefa contínua e regulada de contestação e reconstrução da legitimidade” (Urbinati, 2006: 192-193).

A saída se articula novamente com o pensamento de Derrida, que, com o termo “democracia porvir” (Derrida, 1994), propõe pensar o regime democrático não como algo ao qual se alcance em situação ideal, mas como um processo permanente em que novos atores, demandas e questões vão sendo incorporados, colocando a democracia não mais como um regime político, mas como um processo político que se dá no espaço-tempo².

Nesse contexto, não à toa tem sido ressaltado o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. Coleman e Blumler (2009), por exemplo, argumentam em prol de inovações institucionais no mundo virtual que poderiam despertar uma cidadania mais crítica e vigorosa, ao mesmo tempo em que levariam o governo representativo para uma nova forma de respeito ao discurso público e à deliberação, esta pensada aqui como um meio e não um fim, um objetivo último, para o regime democrático (2009: 3). Segundo eles, o estado atual das democracias contemporâneas requer a criação de novos espaços para a prática da cidadania (2009: 7) e a internet, afirmam, apresenta o potencial de revitalizar os arranjos desgastados da comunicação pública/política contemporânea, injetando novos elementos na relação entre representantes e representados (2009: 9).

Coleman e Blumler (2009: 170) sugerem, com isso, a criação de comunidades cívicas (*civic commons*) na internet, ou seja, estruturas permanentes que possam realizar o potencial democrático da mídia interativa. Algo como um novo tipo de agenciamento criado para romper com os limites da comunicação política atual e conectar a voz do público de forma mais efetiva ao dia a dia das instituições. Uma experiência institucional que pudesse ser financiada publicamente, mas gozasse de independência dos governos e dos partidos, sendo responsável por mediar processos de deliberação e argumentação sobre as questões políticas enfrentadas ou propostas pelas câmaras políticas, seja um conselho local ou parlamento nacional. Dessa

forma, a ideia dos autores é aproveitar o momento de transição para refletir sobre uma possível institucionalidade que possa enriquecer a comunicação política contemporânea de modo a tornar mais direta a representação política e mais presente a voz do cidadão no dia a dia da política de regimes democráticos.

No mesmo sentido, Karlsson (2013: 3) chama a atenção para uma “série de tendências convergentes” que teriam “atualizado” o tema da interatividade na representação política. Para o autor, isso se daria em função das transformações na atitude do cidadão para com os partidos e as instituições da democracia representativa, a percepção “vastamente compartilhada” de que as novas tecnologias de informação e comunicação possibilitam uma renovação da comunicação política nas sociedades contemporâneas, o desenvolvimento de novas formas participativas de governo e as novas esferas interativas da sociedade apontadas por Coleman (2005b).

Não à toa, nesse contexto, Karlsson concebe uma “representação como interação”. A partir de sua discussão, com base em uma investigação sobre práticas comunicativas em blogs de políticos eleitos na Suécia, o autor sugere inclusive que o uso de uma “comunicação interativa” na representação política possibilitaria três “funções estratégicas” à classe política. No campo da prestação de contas, a prática reforçaria a legitimidade das decisões políticas. Como meio de prospecção, facilitaria a geração de um “conhecimento-base” para as decisões políticas e as campanhas. E, finalmente, como forma de estabelecer conectividade, criaria um relacionamento de mais confiança entre representantes e representados (Karlsson, 2013: 17).

No mesmo sentido, outros autores percebem como promissor o potencial comunicativo da internet e das tecnologias digitais. Em uma publicação brasileira sobre o tema (Maia; Gomes e Marques (Orgs.), 2011), a internet é percebida como um ambiente de comunicação com potencial de transformar o padrão atual de baixa participação política por parte da esfera civil nas democracias contemporâneas. O caminho proposto pelos organizadores está sustentado por um conceito específico de “democracia digital”, que ocorre quando o emprego de dispositivos, aplicativos e ferramentas digitais suplementam, reforçam ou corrigem determinados aspectos da democracia (Gomes, 2011: 27-8).

Nesse contexto, tais iniciativas têm a missão de garantir e incrementar a participação nas esferas de decisão, o pluralismo da fala política, as liberdades de expressão, opinião e participação, as oportunidades de controle civil dos tomadores de decisão, a transparência pública e também as experiências de democracia direta (2011: 28). Dessa forma, no que diz respeito à teoria da democracia, o posicionamento estabelecido ressalta iniciativas no ambiente digital voltadas para “descolonizar o espaço da cidadania”, contribuindo para “recompor padrões adequados de soberania popular” (Gomes, 2011: 35), sem que, com isso, o conceito de participação esteja necessariamente ligado à democracia direta ou à necessidade de participação massiva (2011: 39-40).

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi sugerir um elemento a mais – o contexto cognitivo pós-metafísico – às discussões sobre a necessidade de se fortalecer os processos comunicativos no dia a dia da representação política em ambientes democráticos, que também se estabelecem com a ideia de processos democráticos. A partir disso, este texto procurou reforçar o coro que aponta para o potencial das novas tecnologias de comunicação e informação no sentido de incrementar o vínculo entre representantes e representados no cotidiano da prática política nas democracias contemporâneas.

É interessante perceber, pode-se fazer uma analogia do debate aqui levantado com as discussões acerca das práticas contemporâneas de investigação científica, ao menos no campo das ciências sociais. Afinal, a crise da objetividade, da representação que procura fidedignidade com um real independente e da capacidade do sujeito de se distanciar de sua própria subjetividade está inserida no debate epistemológico da área e prega o uso de metodologias (qualitativas) que, ao contrário do paradigma clássico (positivista) do “distanciamento”, recomendam o envolvimento e o assumir das subjetividades no decorrer do processo de construção da representação (Oliva, 2011).

Da mesma forma, a “virada epistemológica” demanda uma outra percepção sobre o próprio conceito de representação que, como sugere Hall (1997), ganha assim um caráter fortemente “constitutivo”. Nesse sentido, o posicionamento cognitivo aqui debatido concebe uma representação política que em seu ato constante de representar constitui não somente a identidade, mas a própria comunidade política sendo representada em seus valores, interesses, posicionamentos e prioridades. Ao ver deste trabalho, tal elemento apenas reforça a necessidade de uma representação política, à lá Pitkin (1967), que não esteja restrita à autorização e sanção eleitoral, mas se constitua no processo de comunicação entre os atores envolvidos, sob o risco não menor que a opressão existencial.

Arthur Ituassu

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Carla Rodrigues

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Recebido em junho de 2015.

Aceito em agosto de 2015.

Notas

1. Isso, por exemplo, pode ser visto em Miguel (2010).
2. A noção de “democracia porvir” aparece na obra de Derrida no início dos anos 1990 será desenvolvida por Derrida até a sua morte, em 2004. A expressão faz parte do que comen-

tadores chamam de “segundo Derrida”, período no qual ele se volta mais especificamente para temas políticos, no contexto do debate sobre a suposta hegemonia das democracias liberais e como parte do enfrentamento das proposições de democracia deliberativa do filósofo alemão J. Habermas. Derrida postula que o fracasso caracteriza, *a priori*, todo regime democrático, porque está inscrito no conceito de democracia que esta seja sempre uma promessa. Assim, ele argumentará que só se pode falar em democracia se esta estiver porvir – o que não significa uma proposta de democracia futura, não é uma democracia utópica, não é uma ideia reguladora, mas uma promessa infinita, porque está no cerne da proposta de democracia o respeito infinito pela singularidade, assim como pela igualdade entre as singularidades (Derrida, 1994: 92).

Referências

- BENNET, L.M. e ENTMAN, R. (Eds.). *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BLUMLER, J.G. e GUREVITCH, M. *The Crisis of Public Communication*. Londres: Routledge, 1995.
- BUTLER, J. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo*. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPPELLA, J. N. e JAMIESON, K. H. *Spiral Of Cynicism: The Press and the Public Good*. Nova York, Oxford: Oxford University Press, 1997.
- COLEMAN, S. New mediation and direct representation: reconceptualizing representation in the digital age. *New Media & Society*, v.7, n.2, p.177-198, 2005a.
- _____. Blogs and the new politics of listening, *The Political Quarterly*, vol.76, n.2, p.273-280, 2005b.
- COLEMAN, S. e BLUMLER, J. G. *The Internet and Democratic Citizenship: Theory, Practice and Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- DELACAMPAGNE, C. *História da filosofia no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Trad. de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papirus, 1991.
- _____. Il faut bien manger – entrevista com Jean-Luc Nancy. In: _____. *Point de suspension – Entretien*. Paris: Galilée, 1992.
- _____. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl*. Trad. de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. *Posições*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- _____. *Gramatologia*. Trad. de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DUQUE-ESTRADA, P. C.. Derrida e a escritura. In: DUQUE-ESTRADA, P. C. (Org.). *Às margens da filosofia*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Edições Loyola, 2002.

- _____. Derrida e a crítica heideggeriana do humanismo. In: NASCIMENTO, Evandro (Org.). *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. de Salma Tannues Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GAMSOM, W. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GOMES, W. e MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008.
- GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Fronteiras*, n. 7, p.214-222, 2005a.
- _____. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Famecos*, n. 27, p.58-78, 2005b.
- _____. Esfera pública política e comunicação em Mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, W. e MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 31-68,
- _____. Esfera pública política e comunicação em Direito e democracia de Jürgen Habermas. In: GOMES, W. e MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 69-116.
- _____. Internet e participação política. In: GOMES, W. e MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 293-326.
- _____. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W. e MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-46.
- HALL, S. (Ed.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: SAGE/The Open University, 1997.
- HEIDEGGER, Martin. *Interpretation phenomenologique de la "Critique de la raison pure" de Kant*. Paris: Gallimard, 1982.
- HUSSERL, E. *Investigações lógicas*. Trad. de Carlos Aurélio Morujão. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007.
- ITUASSU, A. Internet, democracia e mediação: a universidade como lugar para o avanço de espaços comunicativos mediadores da representação política no Brasil. *Contemporânea*, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, v.10, n.3, p.759-776, 2012.
- _____. Participação, cidadania e ciberdemocracia no Brasil. *E-Compós*, Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, v.14, n.2, maio/agosto, 2011.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. *Crítica da razão prática*. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Barcarolla, 2010.
- KARLSSON, M. Representation as interactive communication. *Information, Communication & Society*, DOI: 10.1080/1369118X.2012.757633, 2013.
- LAVALLE, A. G. e ARAUJO, C. O futuro da representação: nota introdutória. *Lua Nova*, n.67, p. 9-13, 2006.
- LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P. e CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*, n.67, p. 49-103, 2006.

- MAIA, R. C. M.; GOMES, W. e MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MANIGLIER, P. Térontologie saussurienne: ce que Derrida n'a pas lu dans le Cours de linguistique générale. In: Maniglier, P. (Org.) *Le moment philosophique des années 1960 en France*. Paris: PUF, 2011.
- MIGUEL, L. F. Representação política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.5, p.123-193, 2003.
- _____. Representação e interesses: uma crítica a Young e Urbinati. *Paper para o 7º encontro da ABCP – área de Teoria Política*, 2010.
- NÄSSSTRÖM, S. Where is the representative turn going?. *European Journal of Political Theory*, v.10, n.4, p.501-510, 2011.
- OLIVA, A. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.
- RICOEUR, Paul. Kant e Husserl. *Revista Portuguesa de Filosofia*, v.61, p. 355-378, 2005.
- RODRIGUES, Carla. Mulher, verdade, indecidibilidade. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar (Org.). *Espectros de Derrida*. Rio de Janeiro: Nau Editora e Editora PUC-Rio, 2008.
- _____. *Coreografias do feminino*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.
- _____. Antígona: lei do singular, lei no singular. *Sapere Aude - Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v.3, n.5, p. 32-54, 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Être juste avec Freud: la psychanalyse dans l'antichambre de De la Grammatologie. In: MANIGLIER, Patrice (Org.). *Le moment philosophique des années 1960 en France*. Paris: PUF, 2011.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SAWARD, M. *The Representative Claim*. Nova York: Oxford University Press, 2010.
- SHANNON, C. e WEAVER, W. *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1962.
- SCHRIFT, Alan D. Le nietzschéisme comme épistémologie: la réception française de Nietzsche dans le moment philosophique des années 1960. In: MANIGLIER, Patrice (Org.). *Le moment philosophique des années 1960 en France*. Paris: PUF, 2011.
- SHAPIRO, I.; STOKES, S. C.; WOOD, E. J. e KIRSHNER, A. S. (Eds.). *Political Representation*. Nova York: Cambridge University Press, 2009.
- STROMER-GALLEY, J. Online interaction and why candidates avoid it. *Journal of Communication*, v.50, n.4, p.111-132, 2000.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- URBINATI, N. *Representative Democracy: principles and Genealogy*. Chicago, Londres: University of Chicago Press, 2008.
- _____. O que torna a representação democrática?. *Lua Nova*, n.67, p. 191-228, 2006.
- VIEIRA, M. B. e RUNCIMAN, D. *Representation*. Londres, Polity Press, 2008.
- YOUNG, I. M. *Justice and the Politics of Difference*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2011[1990].
- _____. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, n.67, p. 139-190, 2006.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo sugerir que algumas questões provenientes do debate epistemológico nas ciências sociais são mais um elemento no contexto contemporâneo de questionamentos em torno da representação política que aponta para a necessidade de vínculos comunicativos mais fortes entre representantes e representados nos regimes democráticos. Nesse sentido, o texto perpassa os temas da crise da representação, da crise da representação política e do papel da comunicação na representação política para, em seguida, relacioná-los ao debate sobre as possibilidades que a internet apresenta de incrementar processos democráticos representativos. O intuito final é reforçar a noção de que mais comunicação na representação é uma exigência do contexto epistemológico pós-metafísico.

Palavras-chave

Comunicação e política. Representação política. Epistemologia. Internet.

Abstract

This work suggests that some issues raised by the epistemological debate at the Social Sciences are one more element in the contemporary questioning context of political representation that points to the necessity of stronger communicative links among representatives and represented in democratic regimes. In this sense, this text deals with the matters of the crisis of representation, the crisis of political representation, and the role of communication to political representation. Afterwards, it relates all these matters with the debate and the possibilities provided by the Internet to enhance democratic representative processes. The final intention is to reinforce the notion that more communication in representation is a demand of the post-metaphysical epistemological context.

Keywords

Political Communication. Political Representation. Epistemology. Internet.